

Visibilidades midiáticas e transgeneridade: apontamentos sobre um estudo de caso com Laerte Coutinho

RESUMO

As pessoas transgêneras enfrentam reiteradamente as normas regulatórias do gênero e da sexualidade, que são pautadas em marcos binários. Ao transgredi-las, ficam suscetíveis a uma infinidade de violências simbólicas e/ou físicas, incluindo uma invisibilidade e um emudecimento radicais. Como essas violências lhes privam de um pleno exercício da cidadania, acabam por incidir no modo como suas existências sociais são (ou não) legitimadas. Levando isso em consideração, o objetivo principal deste artigo é estabelecer algumas ponderações teóricas, epistemológicas e metodológicas acerca das visibilidades midiáticas das pessoas transgêneras, a partir de um estudo com Laerte Coutinho.

PALAVRAS-CHAVE: Transgeneridade. Mídia. Consumo. Políticas de visibilidade.

Hadriel Theodoro

hqtheodoro@gmail.com

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, São Paulo, Brasil.

DAS VOZES

Entre fevereiro de 2014 e março de 2016, desenvolvi junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (PPGCOM-ESPM) a pesquisa de mestrado intitulada “Transgeneridade, mídia e consumo: um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho”. O objetivo principal foi analisar as visibilidades midiáticas das pessoas transgêneras no contexto da sociedade de consumo contemporânea, a partir de um estudo de caso das vivências de Laerte Coutinho, cartunista e ativista de renome nacional. Neste artigo, apresento alguns apontamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos com o intuito de ponderar acerca das complexidades da temática. Assim sendo, gostaria de começar abordando um dos conceitos-chave com o qual se precisa lidar ao versar sobre a transgeneridade: a voz.

Reiteradamente compreendida como uma transgressão às dicotomias que regimentam as normas de gênero em nossa sociedade e cultura, seccionando-o entre polos opostos e excludentes de feminino e masculino, a transgeneridade fica suscetível a múltiplas violências. Impulsionadas por uma aversão e/ou discriminação contra pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneras), que podemos nomear de transfobia, elas vão desde de uma invisibilização radical até a perda da inteligibilidade humana (BUTLER, 2011; PRECIADO, 2008). Entre violências simbólicas e físicas, o silenciamento das vozes das pessoas transgêneras é mais uma das consequências de um sistema normativo e discriminatório.

As reflexões de Gayatri Chakravorty Spivak são nodais nesse sentido, e seu célebre questionamento se inscreve no âmago dessa conjuntura: pode o subalterno falar? Ao dispor a transgeneridade e as vivências das pessoas transgêneras em um patamar de subalternidade, não pretendo de forma alguma reiterar qualquer tipo de inferioridade. Mesmo Spivak aborda a subalternidade em um âmbito específico, o sistema colonial na Índia. Mas devemos atentar ao fato de que para a autora a subalternidade diz respeito às minorias formadas por meio de exclusões persistentes, de uma falta de representação política e legal e de uma impossibilidade de o sujeito subalterno se firmar plenamente enquanto integrante de estratos sociais mais elevados (SPIVAK, 2010).

Uma das inquietações centrais em Spivak é, por conseguinte, afrontar os discursos hegemônicos que produzem esses sujeitos subalternizados (e a subalternidade em si). Sua crítica se precipita nesse sujeito subalterno, que não pode nem deve ser tomado como unívoco, para compreender como os silenciamentos, a perda de cidadania e as resignificações sobre suas vivências serão efetuados. Ela se reflete mesmo em nossos envolvimentos enquanto leitoras(es) e produtoras(es) de saber. Isso porque a(o) intelectual não deve se considerar habilitada(o) a falar em nome de um Outro, de se colocar como porta-voz dos sujeitos subalternos. Se nos posicionarmos desse modo estaremos tão somente replicando estruturas opressivas de poder, alocando mais uma vez o sujeito subalterno em paragens onde o império do silêncio degenera suas vozes. Spivak, assim, “desvela o lugar incômodo e a cumplicidade [da e] do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência” (ALMEIDA, 2010, p. 12).

Estamos vis-à-vis aos perigos de se tomar o Outro (subalterno) como um objeto de estudo substancialmente passivo, do qual se extrai substratos do

conhecimento. Dessa forma, por mais positivas que sejam as intenções, o que ocorre é um emudecer de sua voz. Estaríamos falando *por*. Contudo, *falar por* exclui uma possibilidade de agenciamento e de autorrepresentação por parte do sujeito. Onde resta a voz do subalterno se a todo o momento se busca falar sobre ele, falando *por* ele?

O que está no cerne dessa problemática é a dialogia das comunicabilidades, pois o caráter dialógico da comunicação resta enfraquecido nas falas dos sujeitos subalternos. Não apenas os lugares de fala são minados, mas igualmente a capacidade de se fazer ouvir. Então, se não posso falar e se não sou ouvido, como me comunico? Posso realmente me constituir enquanto sujeito? Não havendo uma dimensão dialógica, ou caso ela seja inconstante, são as próprias interações sociais que correm o risco de se esfacelar. Assim, para esse sujeito subalterno, como se fazer ouvir se as formas de agenciamento lhe são permanentemente destituídas?

De acordo com Spivak (2010), as vozes e falas dos sujeitos subalternos sempre são intermediadas pelas vozes e falas de outrem. Esse Outro, que *fala por*, fixa-se em uma posição de poder reclamar algo em nome de alguém. Assim sendo:

[...] a tarefa do [da] intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar, para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a). [...] Não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido (ALMEIDA, 2010, p. 14).

É nesta direção que procurei (e procuro) lidar com os estudos da transgeneridade. Enquanto pesquisador considerado cisgênero - termo utilizado para se referir a pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi designado ao nascer -, não tenho a intenção de me posicionar de modo a falar por esses sujeitos e tampouco de representá-los. A posição que estabeleço é a de ensejar a proliferação de outras vozes. Não quero dizer com isso que o fazer científico a que me proponho ao trabalhar com a temática da transgeneridade tenha um cunho benevolente. Ao contrário, o que busco é abrir caminho por entre discursos hegemônicos de produção de conhecimento e permitir, a partir de então, uma veiculação de vozes múltiplas, de vozes condenadas sucessivamente ao silêncio, inclusive na academia.

Qualquer pesquisa que se volte a essa questão não deve aspirar à arquitetura de uma égide de verdades sobre as vivências das pessoas transgêneras. Assim, o que proponho é uma dentre inúmeras leituras, que, por conseguinte, permanece aberta a revisões, rearticulações e aprofundamentos provenientes até mesmo do campo de estudo. Estando nós, pesquisadoras e pesquisadores, em um lugar de fala consolidado, legitimado e que representa estruturas de poder, o exercício de *falar sobre* e *falar com* deve ser constante, de modo a evitar as armadilhas do *falar por*, de usurpar a fala de pessoas que já convivem cotidianamente com invisibilizações, emudecimentos, vulnerabilidades e precariedades. Essas vidas silentes precisam ser compreendidas como uma subalternidade coletivamente imposta, e, por isso, capaz de ser alterada por meio das práticas sociais. Como sabiamente defende Spivak (2010), não se pode falar pelos sujeitos subalternos, mas se pode lutar contra a subalternidade.

POR ENTRE VISIBILIDADES E CONSUMOS

As questões epistemológicas sobre a voz problematizam igualmente as relações entre o público e o privado e se reflete nas visibilidades sociais. Arendt (2007) assevera que na modernidade a esfera privada passa a adentrar o plano da vida pública, tendo como consequência o fato de que a vida privada assume um (re)dimensionamento político. A partir desses intercâmbios, as visibilidades, enquanto materialidades sígnicas e simbólicas, também são acometidas. Elas fazem referência, portanto, a uma visualidade que congrega em si um estatuto de credibilidade hierarquicamente estabelecido e social e politicamente legitimado (ROCHA, 2009).

Vale destacar nesse sentido que a visibilidade se realiza somente “no momento do consumo, da recepção, da codificação, da interpretação e da tradução” (ROCHA, 2009, p. 273), atuando por meio de dinâmicas socioculturais, a outorgar a certas imagens uma capacidade participativa sistemas de crença e de leitura dotados de relevância social. Rocha traça uma importante diferença entre visualidade e visibilidade: se a primeira é delimitada por uma experiência cultural, a visibilidade pressupõe uma estratégia essencialmente política. Com base nas comunicabilidades, elas adquirem uma valoração pautada em trocas, a ser perpetrada pelas e nas práticas de consumo.

É nessa direção que se faz premente a reflexão acerca de uma política de visibilidade. Se nem todas as visualidades passam a ter uma visibilidade pública, se as visibilidades podem assumir sentidos e apropriações múltiplos, se todas as mídias produzem determinados enquadramentos, por quais meios as pessoas transgêneras podem se valer de suas visualidades para realizar demandas por mudanças? Suas visibilidades conseguem ser empregadas nesse propósito? O que realmente significa essa política de visibilidade às pessoas transgêneras? Em que medida uma política de visibilidade modifica a realidade social vivida cotidianamente, considerando as muito concretas violências, precariedades e vulnerabilidades que pessoas transgêneras sofrem? E qual é o limite de seu alcance? O que expressa sua politicidade? Esses são alguns questionamentos que nos fazem refletir e ao mesmo tempo notar as complexidades abarcadas nessa dialética entre sociedade e sujeito abjeto.

Espineira (2008, p. 51, tradução minha), por exemplo, irá criticar certas visibilidades ao argumentando que não atingem o núcleo político de questões a elas relacionadas.

Partindo do princípio de que a imagem é a representação mental de um produto, de um partido, de um ser humano, eu posso afirmar sem instaurar uma revolução que a imagem dominante é mais comumente aquela de um representante que de uma situação, de um(a) trans mais do que aquela da questão da transidentidade, de um [sujeito] precário mais que aquela do problema do desemprego, etc.

Logo, a imagem ou visualidade pode ser sentenciada a um princípio de simplificação (ESPINEIRA, 2008), que debilita suas potencialidades políticas. Sendo assim, não podemos tomar as visibilidades das pessoas transgêneras como integralmente suficientes para promover transformações socioculturais. Muitos outros embates, em diferentes âmbitos e instituições, são necessários. Mas, por outro lado, torna-se infactível a apreensão reificada dessas visibilidades. Por mais

que sofram com uma invisibilização radical, as pessoas transgêneras são agentes de sua visibilidade pública, que possui uma capacidade política processada por meio de suas existências e resistências.

No cerne de tais embates, uma micropolítica de visibilidades provavelmente seja o curso viável para se estabelecer um meio-termo entre a visibilidade pública e a visibilidade enquanto articuladora de mudanças socioculturais. Isso porque em suas vivências cotidianas, as pessoas transgêneras estão inseridas em dinâmicas de produção e consumo de imagens. Por mais que se lhes negue um direito pleno a ser visível, a contenção absoluta de suas visualidades é inexecutável. E é essa incapacidade de apagamento total das imagens que possibilita a conversão das suas visualidades em visibilidades, em uma política inscrita nas corporalidades e internalizada por nossas retinas.

As visualidades e visibilidades de fato não se dissociam das práticas de consumo. É por meio de consumos imagéticos e materiais que as pessoas transgêneras podem produzir uma forma de ser visível. As estéticas e os bens (materiais e simbólicos) se tornam o fundamento midiático que permite a composição dos trânsitos entre os gêneros, pois “nosso mundo é um mundo de aparência visível. Vivemos numa cultura apresentacional em que a aparência é a realidade” (SILVERSTONE, 2005, p. 132). As visibilidades, por sua vez, também são direcionadas às práticas de consumo. Somente por seu intermédio é que a dimensão política das visibilidades pode ser articulada. Uma vez que a mídia representa na contemporaneidade uma ambiência central às visualidades e visibilidades, o consumo vigente das formas ser e estar promovidas por elas se insere nesses processos comunicacionais. A mídia não pode ser tomada, então, como fechada ou impassível. Ao contrário, ela deve ser compreendida como um contínuo campo de disputas, pois os sujeitos não normativos ocupam espaços midiáticos diversos. Emergimos no âmbito das mediações e dos embates para a produção de sentido.

Em síntese, as produções e os consumos das visibilidades das pessoas transgêneras colaboram ao estabelecimento e à ratificação de lutas por reconhecimento, de seus interesses, valores e demandas, muito embora haja assimetrias nesse processo. As grandes corporações midiáticas, por exemplo, têm mais condições e poder para fazer repercutir seus discursos e narrativas. De qualquer modo, é válido salientar que a dialogia das mídias representa um empoderamento às pessoas transgêneras e possibilita vários tipos de engajamento, por mais que vieses hegemônicos possam perpassá-las. Assim, as visibilidades se transmutam em políticas de uma existência, de uma existência que as normas hegemônicas do gênero (e também da sexualidade) insistem em negar.

O CASO LAERTE

Ao longo de minha pesquisa, procurei investigar as articulações das visibilidades midiáticas das pessoas transgêneras com os modos pelos quais elas permeiam uma atuação política e cidadã para a legitimação de sua própria existência, de um reconhecimento social não assentado em estereótipos, preconceitos e discriminações. Sua problemática, portanto, pode ser condensada na seguinte interrogação: como as interfaces da produção e do consumo entremeadas nas visibilidades midiáticas das pessoas transgêneras, e

especificamente no caso de Laerte Coutinho, podem se articular no sentido de promover uma política da diferença? Nesse sentido, cabe assinalar a própria trajetória de vida da Laerte.

Laerte Coutinho nasceu em São Paulo em 1951. Desde sua juventude se interessa por desenho e por arte. A partir de então galgou uma longa carreira como cartunista, quadrinista e roteirista, tendo trabalhado em veículos de comunicação os mais variados, como revistas, jornais impressos e televisão. Em uma entrevista à revista *Bravo!* no ano de 2010, Laerte se assumiu publicamente como *crossdresser* - pessoa que “pode ser definida como alguém que eventualmente usa ou se produz com roupas e acessórios tidos como do ‘sexo oposto’ ao ‘seu sexo biológico’” (VENCATO, 2008, p. 2) -; posteriormente, viria a se definir enquanto travesti, e, mais recentemente, pessoa transgênera. Daí em diante Laerte passou a ganhar uma expressiva visibilidade midiática, não voltada particularmente ao seu trabalho, mas, sim, à sua identidade de gênero e sexualidade, sendo pauta de inúmeras produções, difundidas em diferentes meios de comunicação (do *mainstream* ao alternativo). Por conta dessa visibilidade, Laerte começou a figurar como um ícone à comunidade LGBT brasileira, tanto pelo fato de se reconhecer publicamente como pessoa transgênera quanto por ser ativista, comprometendo-se com suas causas.

Seguir Laerte pelos espaços midiáticos que ocupa, sejam eles em meios digitais ou físicos, foi realmente uma aventura. Uma aventura no sentido de me confrontar com realidades e precariedades outras; de me colocar vis-à-vis com as demandas de um grupo minoritário extremamente marginalizado, silenciado e invisibilizado em nossa sociedade; de despertar em minha atuação enquanto pesquisador inquietações epistemológicas a cada passo dado em direção à arquitetura de um objeto de estudo.

Esse percurso também me possibilitou observar mais de perto as mudanças pelas quais Laerte passou desde que tornou pública sua transgeneridade. Elas dizem respeito, obviamente, aos remodelamentos estéticos por ela empreendidos, mas também aos seus discursos, posicionamentos, engajamentos e ativismos. Se por um lado se sobrepõe a plasticidade de um corpo que vai se (re)construindo e se (re)delineando de acordo com experimentações, com práticas de consumo de suportes materiais e de estéticas da feminilidade, por outro, encontramos as (re)formulações de performances voltadas a uma política de visibilidade midiática da transgeneridade. Elas podem ser observadas nos próprios modos de apresentação que vão sendo tecidos por Laerte na conformação de suas trajetórias de visibilidade nos espaços da mídia: *crossdresser* (revista *Bravo!*, 2010), travesti (Roda Viva, 2012) e pessoa transgênera (Transando com Laerte, 2015).

Tal processo aquiesceu os próprios objetivos da pesquisa, que foram analisar, a partir da apropriação das mídias, como a experiência de Laerte pode conter uma inter-relação entre produção e consumo, voltada às visibilidades das pessoas transgêneras; averiguar se os enquadramentos midiáticos da transgeneridade de Laerte privilegiam marcos binários ou a multidimensionalidade das identidades transgêneras; e compreender como é construída a experiência da transgeneridade nas políticas de visibilidade derivadas da experiência ativista de Laerte. Para tanto, pautei-me em um estudo de caso de suas visibilidades midiáticas. Yin (2014), explicitando a metodologia, assevera que ela se dispõe, em um viés qualitativo, a investigar fenômenos contemporâneos por meio de múltiplas variáveis de interesse. Assim, haja vista que o estudo de caso “permite que os investigadores

foquem um ‘caso’ e retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como no estudo dos ciclos individuais da vida (...)” (Ibidem, p. 4), ele se adequou tanto aos objetivos quanto à complexidade da temática da pesquisa. Para melhor compreendê-la, acredito ser pertinente mencionar o modo como fora desenvolvida.

A pesquisa se dividiu em três etapas. A primeira delas correspondeu uma *seleção bibliográfica*, que objetivou recuperar conhecimentos científicos acumulados sobre a problemática. Em seguida, efetuei um *levantamento de dados* sobre produções midiáticas das quais Laerte participara, entre os anos de 2010 e 2015. De um total de 26 produções, realizei um recorte escolhendo oito delas para a análise. A saber: entrevista à revista Bravo!; curta-metragem Vestido de Laerte; reportagem ao telejornal Bom dia Brasil; entrevista no programa Roda Viva; documentário Um dia com Laerte; clipe da música Fiu Fiu; participação no Profissão Repórter; programa Transando com Laerte (Cf. Theodoro, 2016). Essa seleção levou em consideração a temporalidade das produções, os gêneros e os meios de divulgação (tipos de mídia). Além disso, o corpus de análise ainda contou com uma entrevista realizada com Laerte e com a observação de sua página pessoal no site de rede social Facebook. Por fim, realizei a *análise do corpus*, a partir de uma vertente audiovisual, pautando-me em uma perspectiva descritiva e crítica de todos os materiais integrantes do corpus. Ela incidiu sobre as estéticas, os formatos de conteúdo, os enquadramentos, as narrativas e os discursos abarcados nas visibilidades midiáticas de Laerte, dispostas em três categorias: as corporalidades, os binarismos e os ativismos.

Em relação ao primeiro, pude verificar que as corporalidades de Laerte estão inscritas em dois grandes eixos. O primeiro corresponde às estéticas que ela utiliza na composição de suas visualidades e visibilidades. O segundo, aos diferentes tipos de enquadramento midiático que cada produção efetua. Ficou patente que Laerte busca evidenciar em todas as produções elementos que realcem sua feminilidade, principalmente se valendo de suportes que são considerados culturalmente pertencentes ao universo feminino: bijuterias, maquiagens, esmalte vermelho, sapatos de salto alto, etc. As corporalidades de Laerte servem igualmente a tal propósito: nota-se, por exemplo, que seus cabelos passam a ser cada vez mais longos e, posteriormente, coloridos.

Já no que concerne aos enquadramentos midiáticos, pode-se realizar uma divisão das produções em três grupos distintos. Há produções que se propõem a uma perspectiva mais crítica no tocante às vivências da transgeneridade em uma sociedade binária, extremamente discriminatória para com as pessoas tidas como desviantes. Esse é o caso das produções ficcionais Vestido de Laerte e o videoclipe da música Fiu Fiu, nas quais as corporalidades de Laerte são apreendidas em seus trânsitos e ambivalências entre os gêneros. Por outro lado, distinguem-se as produções que se aproximam das corporalidades de Laerte, concedendo-lhes uma expressão de gênero sem tantas intermediações. O documentário Um dia com Laerte, o programa Transando com Laerte e seu perfil no site de rede social Facebook são aqueles que apresentam essas características. Finalmente, corroboram-se as produções que intentam alocar as corporalidades de Laerte em padrões de gênero herméticos, sejam eles de feminilidade ou masculinidade. Feminino e masculino são compreendidos como categorias fixas, e a transgeneridade geralmente é vista como uma transição completa de uma a outra.

Bravo!, Roda Viva, Profissão Repórter e Bom dia Brasil são as produções que exemplificam tal enquadramento.

No que diz respeito aos binarismos, os conteúdos veiculados em mídias mais tradicionais promovem de maneira acentuada um enquadramento binário das expressões e identidades de gênero de Laerte. Esse é o caso da entrevista à revista Bravo!, do telejornal Bom dia Brasil e das entrevistas aos programas televisivos Roda Viva e Profissão Repórter. A única exceção seria o programa Transando com Laerte, que não apresenta enquadramentos binários no que concerne às visibilidades de Laerte. Mas, nesse caso, Laerte não é o tema central da produção ou da pauta do programa. Nas produções com cunho ficcional, estão presentes críticas dirigidas aos binarismos que infringem o acesso a direitos básicos e/ou colocam a pessoa transgênera em uma instância de vulnerabilidade. Já a produção Um dia com Laerte e o site de rede social Facebook se diferenciam em suas abordagens em relação aos binarismos. No documentário, Laerte expressa suas experiências de vida perpassadas por uma cultura binária dos gêneros. No site de rede social, é a própria Laerte que se autoapresenta como pertencente (ou identificada) ao gênero feminino.

Por fim, na análise dos ativismos, foi possível apurar que, entre todos os conteúdos integrantes do corpus, a primeira vez que os ativismos de Laerte aparecem de modo mais expressivo é no programa Roda Viva, cerca de dois anos após tornar pública a sua transgeneridade. Esse período de tempo pode demonstrar que Laerte introduziu as causas LGBT aos seus ativismos paulatinamente, conforme suas experiências cotidianas com a transgeneridade foram ocorrendo. Também é interessante mencionar que, além de Roda Viva, os ativismos de Laerte são predominantes nas produções Um dia com Laerte e em seu perfil no site de rede social Facebook. Evidencia-se, por conseguinte, uma prevalência de seus ativismos em mídias alternativas. Apesar de o programa Roda Viva estar inserido em um contexto midiático tradicional, a televisão, não podemos negligenciar o fato de ela ser uma produção realizada em uma emissora pública, o que lhe diferencia dos programas Profissão Repórter, Bom dia Brasil e Transando com Laerte, todos executados pelo Grupo Globo, seja para canais de rede aberta (Rede Globo) ou fechada (Canal Brasil). Já nas produções de caráter ficcional (Vestido de Laerte e videoclipe da música Fiu Fiu), os ativismos de Laerte podem ser apreendidos de maneira indireta, pautados em uma visibilidade midiática da transgeneridade em produções que não efetuam um recorte binário e/ou discriminatório dela.

De modo geral, os ativismos de Laerte perpassam todos os conteúdos midiáticos analisados, variando de forma e enquadramento, de acordo com as temporalidades e os tipos de mídias. Eles estão sempre fortemente associados às causas LGBT e, sobretudo, àquelas das pessoas transgênera.

Em síntese, constata-se que as visibilidades da transgeneridade de Laerte passam por diversos enquadramentos e modos de mediação. Elas possuem características particulares que as diferenciam entre si, o que indica a impossibilidade de qualquer generalização no tocante às suas medialidades. Outro fator diferencial que influi sobre suas visibilidades são as propriedades midiáticas de cada produção ou conteúdo. Assim sendo, pode-se verificar que, enquanto mídias tradicionais se inclinam a enquadramentos que são delimitantes, prejudicando uma visibilidade midiática em prol das pessoas transgêneras e de suas causas/demandas, as mídias alternativas demonstram estar mais abertas às

diferenças. As expressões e vivências da transgeneridade de Laerte são mais bem trabalhadas neste âmbito. A partir da produção-circulação-consumo de materiais midiáticos em seus domínios, uma cidadania visual pode despontar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Cogo (2004), as mídias conferem visibilidade às ações de instituições e setores sociais, assegurando sua existência e estruturação. No âmago dessa conjuntura midiática, as atividades de atores e movimentos sociais se arquetizam progressivamente nas tensões pressupostas por um tipo de visibilidade pública facultada pelos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, esses atores e movimentos se apropriam e recompõem tais lógicas, “transformando a esfera das mídias em um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações e que se encontra, portanto, submetido permanentemente às tensões contraditórias dos interesses que circulam na sociedade” (p. 4).

As políticas de visibilidade, dessa forma, resultam de um processo de embates ininterrupto, inclusive nas mídias. Indivíduos, grupos e movimentos sociais acionam tais dinâmicas em suas demandas. Ainda de acordo com Cogo (2004) “essas micropolíticas cotidianas de visibilidade vão demandando a inclusão, na agenda política, de uma multiplicidade de demandas simbólicas e materiais”, como ocorre no caso das pessoas transgêneras.

Nesse sentido, as experiências de Laerte cabem aqui como um ponto de partida para se ponderar acerca das apropriações das mídias pelas minorias representativas e os enquadramentos midiáticos que as perpassam. Trata-se de uma ambivalência: as minorias precisam se tornar pública e midiaticamente visíveis para que suas reivindicações sejam ao menos legitimadas; mas, assim do tensionamento de tais visibilidades, ficam sujeitas a uma heterogeneidade de enquadramentos, condicionados por variáveis culturais, sociais e políticas que nem sempre atendem às suas expectativas e/ou demandas.

Como as mídias são, todavia, entremeadas por embates sociais envolvendo distintos atores e posicionamentos, as visibilidades midiáticas da transgeneridade se constroem e são disputadas, mesmo que de modo limitado, nos espaços sociais, de consumo, de leitura e interpretação de suas próprias experiências em sociedade. No caso de Laerte, isso se processa nas disparidades entre um agenciamento de visibilidades da transgeneridade *versus* os formatos midiáticos que as engessam dentro de certos moldes, sejam eles de estéticas, narrativas, conteúdos, discursos, etc.

Assim sendo, espero ter elucidado algumas das complexidades que integraram minha pesquisa. Do cuidado com a produção de uma epistemologia da voz, passando pela articulação das práticas de consumo em relação às visibilidades e o mergulho nas (trans)vivências de Laerte, acredito que o mais importante a se atentar é o peso e a relevância que as mídias exercem sobre as pessoas transgêneras. Resta a constatação, um tanto óbvia, de que elas, as mídias, podem atuar em duas vertentes: reiterando as precariedades da vida das pessoas transgêneras, ou abrindo espaços dialógicos por onde uma transformação social possa começar a se consolidar. A problemática se encerra nesse ponto: um devir. Um devir que necessita ser mais respeitoso e igualitário; um devir no qual as

pessoas transgêneras sejam apreendidas como pessoas, na acepção mais profunda que essa palavra possa conter.

Media visibilities and transgender: notes on a study case about Laerte Coutinho

ABSTRACT

Transgender people face repeatedly regulatory norms of gender and sexuality, which are based on binary landmarks. When they transgress them, they are susceptible to a multitude of symbolic and/or physical violence, including invisibility and a radical imposed muteness. As such violence deprives them of a full exercise of citizenship, eventually focus on how their social existence are (or not) legitimized. Taking this into consideration, the main purpose of this article is to establish some theoretical, epistemological and methodological considerations about the media visibility of transgender people, taking as an example a case study about Laerte Coutinho.

KEYWORDS: Transsexualism. Media. Consumption. Visibility policies.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio - Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ARENDR, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, n. 1, jan.-jun. 2011, p. 13-33.
- COGO, Denise. **Mídias, identidades culturais e cidadania**: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/83492578425626428976337410533037421904.pdf>>. Acesso em: junho de 2016.
- ESPINEIRA, Karine. **La transidentité**. De l'espace médiatique à l'espace publique. Paris : L'Harmattan, 2008.
- PRECIADO, Beatriz. **Texto junkie. Sexe, drogue et biopolitique**. França: Éditions Grasset & Fasquelle, 2008.
- ROCHA, Rose de Melo. É a partir de imagens que falamos de consumo: reflexões sobre fluxos visuais e comunicação midiática. In: **Comunicação e consumo nas culturas locais e global**. CASTRO, Gisela G. S. & BACCEGA, Maria Aparecida (Orgs.). São Paulo: ESPM, 2009. p. 268-293.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Lyola, 2005.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THEODORO, Hadriel G. S. **Transgeneridade, mídia e consumo**: um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho. 2016. 156 p. Dissertação - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/hadriel_geovani_da_silva_theodoro_0.pdf>.
- VENCATO, A. P. **O que faz uma mulher, mulher?**: sexualidade, classe e geração e a produção do corpo e do gênero em homens que praticam crossdressing. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis - Santa Catarina, 25 e 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://goo.gl/T8Frjr> Acesso em: ago. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014.

Recebido: 14 nov. 2016.

Aprovado: 04 mar. 2016.

DOI: 10.3895/rde.v7n11.5016

Como citar: THEODORO, H. Visibilidades midiáticas e transgeneridade: apontamentos sobre um estudo de caso com Laerte Coutinho. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 30-42, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/rde>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

